



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

**2º Processo Seletivo Público Unificado de 2015 para formação de cadastro
reserva de estagiários de nível superior do curso de**
Direito

CADERNO DE PROVA
Questões Objetivas e Dissertativas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Conferir se o Caderno de Prova contém 13 páginas, contando com a capa e com as folhas de rascunho, e 04 (quatro) Folhas de Respostas.
2. Ler as questões objetivas com atenção e marcar um, e somente um, dos campos da Folha de Resposta. Marcações incorretas acarretarão na anulação da questão.
3. A prova deverá ser respondida com caneta de tinta azul ou preta.
4. Durante a realização da prova, não será permitido comunicação e troca/empréstimo de materiais entre os candidatos sem autorização do fiscal de sala.
5. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluído nesse tempo o preenchimento da folha de resposta.
6. O candidato não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorrido 30 (trinta) minutos do respectivo início;
7. Deverão permanecer na sala, até a entrega da última prova, pelo menos 3 (três) candidatos;
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de prova e as folhas de respostas e deixe o local.



1		6		11		16		21		26		31		36	
2		7		12		17		22		27		32		37	
3		8		13		18		23		28		33		38	
4		9		14		19		24		29		34		39	
5		10		15		20		25		30		35		40	

GRUPO 1 - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

1. Da leitura do texto constitucional, pode-se afirmar que não constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
- c) garantir o desenvolvimento nacional;
- d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

2. Assinale a alternativa correta:

- a) sob o ponto de vista formal, a Constituição é o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo e aos direitos e garantias fundamentais;
- b) o poder constituinte decorrente só pode ser exercido pelos Estados-membros e pelo Distrito Federal, não sendo admitida a hipótese do seu exercício pelos Municípios;
- c) quanto à estabilidade, a doutrina classifica as constituições como rígidas ou flexíveis. Rígida é a constituição que só pode ser alterada por obra do Poder Constituinte Originário, ao passo em que a constituição flexível pode ser alterada pelo Constituinte Derivado, através de emenda constitucional;
- d) na história constitucional do Brasil, o poder constituinte sempre se exercitou segundo o princípio da legitimidade democrática.

3. Assinale a alternativa incorreta:

- a) uma característica dos direitos fundamentais é o fato de estarem consagrados em preceitos de ordem jurídica, razão pela qual também são denominados de direitos do homem ou direitos humanos;
- b) em sua dimensão objetiva, os direitos fundamentais transcendem a perspectiva da garantia de posições individuais, para alcançar a estatura de normas que traduzam os valores básicos da sociedade política, expandindo-os para todo o direito positivo;
- c) de acordo com a Constituição Federal de 1988, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata;
- d) a denominada "teoria da reserva do possível", elaborada na perspectiva dos custos financeiros da

implementação dos direitos, não pode ser invocada pelo Estado para justificar o descumprimento de prestação relacionada à tutela do mínimo existencial.

4. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) salvo em caso de guerra declarada, ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- b) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que obtida a respectiva licença;
- c) a lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
- d) a prisão ilegal deve ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

5. Acerca do regime constitucional da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos e naturalizados que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
- b) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;
- c) o direito de greve não é reconhecido aos servidores públicos;
- d) viola a Constituição a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.

6. Acerca do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos, assinale a alternativa correta:

- a) por força do princípio da presunção de legalidade, pode-se dizer que o direito brasileiro adotou a teoria da anulabilidade da norma

constitucional;

b) pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros legitimados, qualquer partido político;

c) não se admite o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal de 1988;

d) as decisões proferidas em ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade produzem eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos demais órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

7. É da competência da Justiça Federal o julgamento:

a) das causas em que forem partes a União, entidade autárquica ou empresa pública federal, inclusive as de falência e as de acidentes de trabalho;

b) do litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

c) dos crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

d) da homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

8. Analise as afirmativas abaixo:

I - O Ministério Público da União compreende: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU);

II - São funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, a defesa judicial dos direitos e dos interesses das populações indígenas, bem como o exercício do controle externo da atividade policial;

III - Conforme decidiu recentemente o STF, o Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os advogados;

IV - o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Congresso Nacional dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Pode-se afirmar que:

a) somente as afirmativas I e III estão incorretas;

b) as afirmativas I, II e III estão corretas, e a afirmativa IV está incorreta;

c) somente as afirmativas II e III estão corretas;

d) somente a afirmativa II é incorreta.

9. Sobre improbidade administrativa é correto afirmar que:

a) para configurar qualquer ato de improbidade administrativa é indispensável prova do enriquecimento ilícito do agente e do prejuízo ao erário;

b) o ato de improbidade administrativa pressupõe ato doloso, não se admitindo a forma culposa;

c) é cabível a medida cautelar de indisponibilidade de bens do agente na hipótese em que existam fortes indícios acerca da prática de ato de improbidade lesivo ao erário, sendo desnecessária a prova de *periculum in mora* concreto, ou seja, de que o réu estaria dilapidando efetivamente seu patrimônio ou de que ele estaria na iminência de fazê-lo;

d) é possível ao Ministério Público decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado, mas somente em relação ao acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

10. De acordo com a legislação vigente e a posição majoritária da doutrina e dos Tribunais sobre atos administrativos é correto afirmar que:

a) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

b) a delegação de competência exige subordinação hierárquica, mas não é possível quanto a atos de caráter normativo;

c) a avocação de competência não exige subordinação hierárquica e é possível mesmo em caso de competência exclusiva do subordinado;

d) o ato viciado por excesso de poder é nulo e deve ser sempre anulado pela Administração.

11. Sobre responsabilidade civil do Estado assinale a alternativa correta:

a) a Constituição Federal de 1988, seguindo a linha de sua antecessora, estabeleceu como baliza principiológica a responsabilidade objetiva do Estado, adotando a teoria do risco integral;

b) para a teoria do risco administrativo a responsabilidade é total e automática, advém de simples prova do evento danoso e do nexo causal, sendo incabível a alegação de qualquer excludente de culpabilidade;

c) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros usuários, pois quanto aos terceiros não usuários do serviço público é preciso comprovar a culpa ou o dolo do agente;

d) o regime de responsabilidade objetiva não se limita às pessoas jurídicas de direito público, estendendo-se às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

12. A Lei Federal n. 8.666/1993 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assinale a alternativa que não apresenta uma modalidade de licitação prevista na referida Lei:

- a) convite;
- b) pregão;
- c) concorrência;
- d) concurso.

GRUPO 2 - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

13. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O erro do tipo essencial sempre exclui o dolo.
- b) Nos crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão a relação de causalidade é normativa.
- c) Na coação moral irresistível e obediência hierárquica há exclusão da culpabilidade por

inimputabilidade, por não exigibilidade de conduta diversa ou por impossibilidade de conhecimento da ilicitude, conforme o caso.

d) Nos chamados crimes de mão própria é admissível apenas a participação.

14. Assinale a alternativa incorreta:

a) A consumação do crime de extorsão independe da obtenção de vantagem indevida.

b) A concessão de indulto faz com que o beneficiado retorne à condição de primário.

c) Em relação ao tempo do crime, o legislador adotou, no Código Penal, a teoria da atividade, considerando-o praticado no momento da ação ou omissão.

d) O funcionário público que solicitar para si, diretamente, em razão de sua função, vantagem indevida, comete corrupção passiva.

15. Assinale a alternativa incorreta:

a) No direito penal brasileiro, nenhum ato preparatório de crime é punível.

b) A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, mesmo tendo sido decididos por sentença irrecorrível.

c) Pode acontecer de um crime tentado ser punido com a mesma pena do consumado.

d) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeito análogo, não exclui a imputabilidade penal.

16. Assinale a alternativa incorreta:

a) A prescrição, depois de transitar em julgado a decisão condenatória para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à denúncia ou queixa.

b) Não se admite a exceção da verdade para a injúria.

c) A lei penal temporária, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

d) Da condenação criminal irrecorrível decorre o confisco do automóvel utilizado pelo motorista no cometimento do crime de tráfico de droga, muito embora a origem lícita do bem e sua utilização

casual ou eventual.

17. Assinale a alternativa incorreta:

- a) É crime de falso testemunho falsear a verdade como testemunha em processo administrativo.
- b) O desconhecimento da lei é inescusável, mas o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, poderá diminuir a pena.
- c) O crime de atentado ou de empreendimento é aquele em que a tentativa é punida com a mesma pena do crime consumado, sem a diminuição legal.
- d) O funcionário público pode cometer o crime de desobediência, se destinatário de uma ordem judicial, e, considerando a inexistência de hierarquia, tem o dever de cumpri-la.

18. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O erro de tipo inevitável exclui o dolo e a culpa.
- b) Pode-se dizer que a Lei 11343/2006, no que diz respeito à conduta de trazer consigo ou adquirir para uso pessoal, drogas, descriminalizou a conduta, transformando-a em mera contravenção penal.
- c) O princípio da legalidade penal, do qual decorre o princípio da reserva legal, impede o uso dos costumes e analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes.
- d) A perda da função pública constitui efeito da condenação quando aplicada pena privativa de liberdade igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, desde que a sentença forneça a necessária motivação.

19. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não se admite interceptação telefônica quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- b) Nos crimes ambientais é cabível transação penal, se a infração for de menor potencial ofensivo e desde que haja prévia composição do dano ambiental.
- c) Admite-se coautoria no crime culposos.
- d) O oferecimento de denúncia por crime de lavagem de dinheiro exige, como condição de procedibilidade, da prévia condenação do imputado pela prática do crime antecedente.

20. Assinale a alternativa incorreta:

- (a) A gravidade do crime em abstrato, por si só, não

se presta à adoção de regime inicial diverso do sugerido em lei.

b) O crime de constrangimento ilegal somente é punido autonomamente se não constitui elemento ou circunstância agravante especial de outro tipo penal.

c) Havendo responsabilização penal pessoal do representante legal da pessoa jurídica é obrigatória também a responsabilização da pessoa jurídica.

d) Nos crimes funcionais a condição de servidor público do autor não se comunica ao partícipe não funcionário, se este desconhecia a condição daquele.

21. Assinale a alternativa incorreta:

a) A despeito da relevância da atuação do Ministério Público na persecução penal, a concessão de fiança independe de manifestação ministerial.

b) Presentes os requisitos legais, o juiz decretará, de ofício, a prisão preventiva na fase investigativa ou no curso do processo.

c) O julgamento da lide cabe ao juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência, salvo se convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que deverá passar os autos ao seu sucessor.

d) A apresentação intempestiva das razões de apelação pelo Ministério Público e das contrarrazões à apelação pela defesa constitui mera irregularidade, que não impõe o desentranhamento ou impede o conhecimento do recurso de apelação e da sua contrariedade.

22. Assinale a alternativa incorreta:

a) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

b) São da competência da justiça estadual comum o processo e julgamento de contravenção penal praticada contra bens, serviços ou interesses da União.

c) A participação do membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

d) Na prática de crime que ofende bem jurídico da

União por prefeito será competente para o julgamento o Tribunal Regional Federal respectivo.

23. Assinale a alternativa incorreta:

a) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ordenando, nesse caso, que o Ministério Público adite a denúncia.

b) Na falta ou impedimento de escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade poderá lavrar auto de prisão em flagrante delito, depois de prestado o compromisso legal.

c) A confissão é divisível e retratável.

(d) Durante a audiência, é permitida à testemunha breve consulta a apontamentos.

24. Assinale a alternativa incorreta:

a) No caso de determinação de citação por carta rogatória, de réu no estrangeiro, em lugar sabido, suspende-se o curso do prazo prescricional até o seu cumprimento.

b) Para início de ação penal em desfavor de um parlamentar federal não é necessária autorização da respectiva Casa Legislativa.

c) O *habeas corpus* é ação de natureza constitucional destinada a coibir qualquer ilegalidade ou abuso de poder contra a liberdade de locomoção.

d) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, quando se convencer acerca da atipicidade da conduta investigada.

25. Assinale a alternativa incorreta:

a) A ação controlada consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

b) Os Deputados e Senadores, embora invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, bem como, enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, não estará sujeito a prisão.

d) O advogado, desde o momento da inscrição no órgão de classe (OAB), e enquanto esta inscrição

estiver ativa, somente poderá ser preso em flagrantes em caso de crime inafiançável, independente da conduta estar ou não relacionada ao exercício da profissão.

26. Assinale a alternativa incorreta:

a) O processo e julgamento dos crimes de "lavagem de dinheiro" são de competência da Justiça Federal quando praticados contra a sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas ou quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.

b) A legislação processual penal brasileira permite a incidência de medidas cautelares (assecuratórias) patrimoniais porém, forte no princípio da não culpabilidade (presunção de inocência), veda a adoção de medidas que impliquem em antecipação da culpa, tal como ocorre na alienação antecipada de bens.

c) As medidas cautelares são, em regra, revogáveis, sempre que ocorram novas circunstâncias que alterem seus fundamentos, uma vez que é produto de cognição sumária.

d) A lei processual admite a interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.

27. Assinale a alternativa incorreta:

a) A apuração de infrações penais é competência exclusiva dos Delegados de Polícia, Federal nos crimes federais e conexos, Cíveis, nos demais casos, salvo os crimes propriamente militares, cuja apuração compete às Forças Armadas e Polícias Militares, na esfera das respectivas atribuições.

b) Em caso de ação penal pública condicionada, a representação, depois de oferecida a denúncia, é irretratável.

c) A competência para processo e julgamento é, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

d) O conflito de jurisdição ocorre quando um ou mais juízes, contemporaneamente, tomam ou recusam tomar conhecimento de mesmo fato delituoso, no mesmo ou em dois ou mais processos.

28. Técnicas especiais de investigação são procedimentos modernos, habitualmente utilizados na investigação de casos complexos de crimes graves, tais como tráfico transnacional de drogas, lavagem de dinheiro envolvendo crimes contra o sistema financeiro e corrupção de agentes públicos, terrorismo, etc. São exemplos de tais técnicas, adotadas na legislação e prática jurídica nacional, exceto:

- a) Decretação de incomunicabilidade do indiciado/suspeito/acusado.
- b) Operação encoberta, também chamada de infiltração de agentes em organização criminosa.
- c) Vigilância eletrônica, tais como gravação sonora e visual ambiental, interceptação telefônica e telemática.
- d) Colaboração espontânea ou delação premiada.

GRUPO 3 - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

29. Acerca da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) e do Código Civil (CC), considere as assertivas que seguem:

- I) Uma das causas que interrompem a prescrição é o despacho do juiz que ordena a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, ainda que esse juiz seja incompetente.
- II) Aos ébrios habituais não é dado se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- III) Derrogação é tornar sem efeito uma parte da lei.
- IV) A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro veicula que, salvo disposição em contrário, a lei nova entra em vigor no território nacional 45 dias após sua publicação. No entanto, a própria lei nova pode estipular prazo diverso de *vacatio legis*, inclusive admitindo-se que a ela entre em vigor no dia de sua publicação.

Agora, assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas II e IV são verdadeiras, mas a alternativa I é falsa.
- b) As alternativas III e IV são falsas.
- c) Todas as alternativas são verdadeiras.
- d) Todas as alternativas são falsas.

30. Acerca da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) e do Código Civil (CC), considere as assertivas que seguem:

I) A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro confere aos tratados internacionais a disciplina da vigência da lei brasileira em Estados estrangeiros.

II) As premissas da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro não têm incidência quando da aplicação das leis penais.

III) O direito brasileiro admite as leis de vigência temporária.

IV) Os índios são consideradas pessoas relativamente incapazes.

- a) A alternativa I é verdadeira, mas a III é falsa.
- b) Ao menos três alternativas são verdadeiras.
- c) As alternativas II e IV são falsas.
- d) A alternativa I e II são falsas, mas a III e a IV são verdadeiras.

31. Assinale a alternativa correta:

- a) Os relativamente incapazes podem praticar alguns atos da vida civil completamente desassistidos.
- b) O princípio da dignidade humana é fonte de validade dos direitos da personalidade, razão pela qual esses direitos são absolutamente irrenunciáveis.
- c) Capacidade de fato é a aptidão para contrair direitos e contrair obrigações na vida civil.
- d) Um saco de cimento é bem consumível e infungível.

32. Assinale a alternativa correta:

- a) São exemplos de bens públicos de uso comum do povo os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- b) O Código Civil considera ilícitas as condições que sujeitem o negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes, chamadas pela doutrina de condições puramente potestativas.
- c) Quando num negócio jurídico a torpeza for bilateral, apenas poderá anulá-lo a parte que primeiro alegar o dolo da outra.
- d) O negócio jurídico celebrado em decorrência de coação é nulo.

33. Assinale a alternativa correta.

a) Embora o dano moral atinja apenas os direitos subjetivos do ofendido, com o falecimento dele o direito à respectiva indenização transmite-se a seus sucessores.

b) Para restar configurado o dano moral, que inclusive tem previsão constitucional, é necessária a comprovação da dor e do sofrimento, ainda que demonstrada a ocorrência de ofensa injusta à dignidade da pessoa humana.

c) A responsabilidade civil é independente da criminal. Por isso, caso a existência de um fato esteja definitivamente decidida no juízo criminal, poderá ser novamente debatido no juízo cível em preliminar de contestação.

d) A teoria da responsabilidade civil pela perda de uma chance ainda não é admitida pelo direito brasileiro.

34. Assinale a alternativa correta:

a) Adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício simultâneo de todos os poderes inerentes à propriedade.

b) Posse é situação de direito, sendo reconhecida a partir do momento em que escritura lavrada em cartório lhe confere publicidade.

c) A posse transmite-se aos herdeiros do possuidor com os mesmos caracteres.

d) O Código Civil define posse como direito real.

35. Acerca da intervenção do Ministério Público em processos cíveis, assinale a assertiva correta:

a) O Código de Processo Civil não esgotou as hipóteses de intervenção do Ministério Público, existindo outras em leis especiais.

b) O Ministério Público deve intervir nas causas em que há interesse de pessoa absolutamente incapaz, mas não nas em que há interesse de pessoa relativamente incapaz.

c) Quando for hipótese de sua intervenção, o Ministério Público deve emendar a petição inicial caso a repete inepta, no intuito de sanar o vício.

d) A presença de pessoa jurídica de direito público no polo passivo da demanda enseja a intervenção do Ministério Público, que deverá ter vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos e produzir prova em audiência.

36. Acerca dos prazos processuais, considere as

assertivas que seguem:

I) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos. No entanto, não se contará em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes haja sucumbido.

II) Os prazos dilatórios são aqueles que permitem ampliação ou redução, já os peremptórios não permitem tais alterações, ainda que por convenção das partes.

III) Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato.

IV) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

Agora, assinale a alternativa correta:

a) As alternativas I e II são verdadeiras, mas a IV é falsa.

b) A alternativa IV é verdadeira, mas a III é falsa.

c) Todas as alternativas são verdadeiras.

d) Ao menos duas alternativas são falsas.

37. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.

b) O juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, a ação declaratória incidente, as ações de garantia e outras que respeitem ao terceiro interveniente.

c) O Código de Processo Civil prevê regra específica de competência territorial para as causas que versem sobre acidente de veículos.

d) A incompetência relativa deve ser arguida em preliminar de contestação, sob pena de preclusão.

38. Por se tratar de hipótese de tutela de evidência, o juiz poderá antecipar os efeitos da tutela independentemente da presença de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação quando:

a) A petição inicial for instruída com certidão de protesto.

b) Um ou mais dos pedidos cumulados, ou

parcela deles, mostrar-se incontroverso.

c) Fique caracterizado o abuso de direito de defesa.

d) Fique caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu.

39. Assinale a alternativa correta:

a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

b) A apelação interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela será recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.

c) Em razão das reformas que recebeu em 2006, o CPC não mais prevê o agravo retido, mas ainda prevê os embargos infringentes.

d) As hipóteses de cabimento do recurso especial e do recurso extraordinário estão previstas no Código de Processo Civil.

40. Assinale a alternativa correta:

a) O procedimento sumário não pode ser aplicado a causas com valor superior a 60 salários mínimos.

b) A Constituição expressamente assegura a razoável duração do processo como direito fundamental.

c) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.

d) Nas ações universais é vedada a formulação de pedido genérico.

Ciente de que a verba indenizatória destina-se a custear despesas, direta e exclusivamente, relacionadas ao exercício da função parlamentar, disserte sobre o princípio da publicidade, o direito à informação e o direito ao sigilo, posicionando-se a respeito da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

Limite de linhas: 30 (linhas adicionais serão desconsideradas).

This image shows a full page of blank white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, providing a template for writing or drawing. There are no margins, text, or other markings present.

42. Na Operação Castelo de Areia, concedendo a ordem em sede de *Habeas Corpus* substitutivo de recurso ordinário, a Sexta Turma do STJ declarou a nulidade de todas as provas produzidas na fase investigativa sob o argumento nodal de que o inquérito policial não poderia ter sido iniciado por denúncia anônima. Assim, houve trancamento da ação penal. Na época, o processo ainda corria em primeira instância, não havia nenhum acusado preso, inexistindo a possibilidade de qualquer prisão iminente.

Com base neste caso concreto, disserte criticamente sobre o tema de decretação de nulidades em *Habeas Corpus* no processo penal, abordando necessariamente os seguintes pontos: 1) a definição de *Habeas Corpus* e a possibilidade de sua utilização para temas estranhos à liberdade de locomoção; 2) a utilização de *Habeas Corpus* substitutivo dos recursos ordinários; 3) a decretação de nulidade de provas por vícios ocorridos na fase de inquérito policial; 4) a relativização da vedação do anonimato no Ordenamento Jurídico brasileiro; 5) o recurso cabível para o MPF contra esta decisão, caso exista.

Cada tópico da abordagem valerá dois pontos.

Limite de linhas: 20 (linhas adicionais serão desconsideradas).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2015 PARA
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE
NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE DIREITO.

GABARITO

1	B	11	D	21	B	31	A
2	B	12	B	22	C	32	B
3	A	13	C	23	A	33	A
4	D	14	B	24	D	34	C
5	D	15	A	25	D	35	A
6	C	16	D	26	B	36	C
7	C	17	B	27	A	37	D
8	C	18	B	28	A	38	B
9	C	19	D	29	C	39	A
10	A	20	C	30	C	40	B